

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 9050/2024

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e higienização de reservatórios para atender a demanda das unidades e dispositivos que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Fundamentação legal: Pregão Eletrônico, de acordo com os Procedimentos Auxiliares previstos na Lei nº Lei 14.133/2021;

1.3. Tipo: Menor preço GLOBAL, nos termos da Lei 14.133/21;

1.4. Demanda: O serviço contratado será demandado em 2 (duas) parcelas, semestralmente, ao longo de 12 (doze) meses, consoante artigo 3º da Lei Estadual nº 1893 de 20/11/1991 e Decreto nº 20.356 de 17 de agosto de 1994;

1.5. Período: 1 (um) ano, a partir da data da publicação do extrato de Instrumento Contratual no Diário Oficial, podendo ser prorrogado por igual período até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme dispõe o art. 107 da lei nº 14133/21;

1.6. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e higienização de reservatórios para atender a demanda das unidades e dispositivos que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 1 (um) ano, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| CATSER | ITEM | ESPECIFICAÇÃO | U/C | QTDE |
|--------|------|--|-----|------|
| | | Contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA lotados | | |

| | | nas Unidades e Dispositivos que compõem a Estrutura da Secretaria Municipal de Saúde. | | |
|-------|----|---|------|-----|
| 13595 | 1 | CAIXA D'ÁGUA 100 LITROS | UNID | 2 |
| 13595 | 2 | CAIXA D'ÁGUA 500 LITROS | UNID | 24 |
| 13595 | 3 | CAIXA D'ÁGUA 1.000 LITROS | UNID | 102 |
| 13595 | 4 | CAIXA D'ÁGUA 2.000 LITROS | UNID | 8 |
| 13595 | 5 | CAIXA D'ÁGUA 5.000 LITROS | UNID | 10 |
| 13595 | 6 | CAIXA D'ÁGUA 10.000 LITROS | UNID | 2 |
| 13595 | 7 | CISTERNA 5.000 LITROS | UNID | 2 |
| 13595 | 8 | CISTERNA 10.000 LITROS | UNID | 2 |
| 13595 | 9 | CAIXA D'ÁGUA 15.000 LITROS | UNID | 2 |
| 13595 | 10 | CISTERNA 20.000 LITROS | UNID | 2 |
| 13595 | 11 | CISTERNA 30.000 LITROS | UNID | 2 |
| 13595 | 12 | CISTERNA 35.000 LITROS | UNID | 2 |
| 13595 | 13 | CAIXA D'ÁGUA 50.000 LITROS | UNID | 2 |
| 13595 | 14 | CAIXA D'ÁGUA 80.000 LITROS | UNID | 4 |

* Os quais se encontram lotados nas unidades e dispositivos de saúde conforme tabela abaixo:

| | | RESERVATÓRIOS- CAIXAS/ CISTERNAS (L) | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------|---|--------------------------------------|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------|
| UNIDADE REQUISITANTE | | CAIXA D'ÁGUA 100 L | CAIXA D'ÁGUA 500 L | CAIXA D'ÁGUA 1.000 L | CAIXA D'ÁGUA 2.000 L | CAIXA D'ÁGUA 5.000 L | CAIXA D'ÁGUA 10.000 L | CISTERNA 5.000 L | CISTERNA 10.000 L | CAIXA D'ÁGUA 15.000 L | CISTERNA 20.000 L | CISTERNA 30.000 L | CISTERNA 35.000 L | CAIXA D'ÁGUA 50.000 L | CAIXA D'ÁGUA 80.000 L |
| 1.1 | HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃO E ANEXOS – Rua General Osório, 324 – Centro – Nova Friburgo/RJ | | | 3 | | 2 | | | | 1 | | | | 1 | 2 |

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----|---|--|---|---|--|---|---|---|--|--|---|---|---|--|--|
| 1.2 | HOSPITAL MATERNIDA DE DR. MARIO DUTRA DE CASTRO - Trav. Antônio Fernandes Moreira, 12 - Centro - Nova Friburgo/RJ | | | | | 2 | | | | | 1 | 1 | 1 | | |
| 1.3 | Posto de Saúde Tuney Kassuga - Rua Vicente Sobrinho, s/nº - Olaria Nova Friburgo/RJ | | | 3 | | | | | | | | | | | |
| 1.4 | Policlinica Centro - Dr. Sylvio Henrique Braune: Rua Plinio Casado, s/nº - Centro Nova Friburgo/RJ | | | | | | 1 | | | | | | | | |
| 1.5 | Policlinica Norte - Dr. Waldir Costa - Rua José Ernesto Knust , 184 - Cons.Paulino Nova Friburgo/RJ | | | 2 | | | | | | | | | | | |
| 1.6 | UBS Cordoeira - Dr. Ariosto B. de Mello - Rua Darcília dos Santos, s/nº - Cordoeira - Nova Friburgo/RJ | | 1 | 2 | | | | | | | | | | | |
| 1.7 | UBS São Geraldo- José Copertino Nogueira - | | | 2 | | | | 1 | | | | | | | |



RUBRICA:_____FOLHA:_____

[illegible]



RUBRICA:_____FOLHA:_____

[illegible]



RUBRICA:_____FOLHA:_____

[illegible]



RUBRICA: FOLHA:

[illegible]

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|--|---|----|-----|---|----|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | nº 75, Chácara do Paraíso, Nova Friburgo/RJ | | | | | | | | | | | | | |
| 1.34 | RESIDÊNCIA TERAPÊUTIC A IV– Rua Hormindo da Silva, nº 202, Lagoinha, Nova Friburgo/RJ | | | 1 | | | | | | | | | | |
| 1.35 | HEMOCENT RO REGIONAL– Rua General Osório, nº 324, Centro, Nova Friburgo/RJ- anexo ao Hospital Raul Sertã | | | 3 | | | | | | | | | | |
| QUANT. DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA | | 1 | 12 | 51 | 4 | 5 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 |
| QUANT. DE LAVAGENS | | 2 | 24 | 102 | 8 | 10 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 4 |

1.7. O quantitativo acima foi baseado na requisição da Unidade de Saúde que será contemplada com o objeto do presente processo, considerando o quantitativo de reservatórios de cada Unidade;

1.7.1. Considerando o informado pela Unidade Requisitante às fls. 08, foi incluída uma cisterna de 5.000 litros, tendo em vista que a Estratégia de Saúde da Família de Cordoeira mudou de imóvel em fevereiro de 2024, gerando consequentemente alteração em seus quantitativos de reservatórios.

1.8. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para a contratação de serviços que visam à composição da sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

1.9. Considerando que o prazo de validade dos serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água é de 06 (seis) meses, cada caixa de água/reservatório/cisterna da Unidade deverá passar por 02 (duas) limpezas no decorrer do contrato.

1.10. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746 de 2022.

1.11. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 9.050/2024.

1.12. Os serviços a serem contratados são caracterizados como serviços comuns e continuados, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de suas prestações são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitados por meio do Pregão Eletrônico, em sua forma eletrônica.

1.13. O Contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de até 1 (um) ano, a partir da data da publicação de seu extrato do Diário Oficial, podendo ser prorrogado por igual período até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme dispõe o art. 107 da lei nº 14133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação visa a contribuir para a adequação das condições de limpeza e higienização dos reservatórios de água para fins de manutenção dos padrões de potabilidade, conforme estabelece o Decreto nº 20.356 de 17 de agosto de 1994 que regulamenta a lei nº 1.893 de 20/11/1991, que dispõe sobre a matéria.

2.2. Compreende-se por reservatórios caixas d'água, caixa de alvenaria, caixa de polietileno, caixa de fibra e cisterna conforme descritos no Anexo I.

2.3. Os serviços a serem contratados também possui o fito de contribuir com o cumprimento das exigências sanitárias e promoção da saúde e cidadania dos pacientes, acompanhantes e servidores lotados nas unidades e dispositivos da Rede Municipal de Saúde.

2.4. Considerando que o prazo de validade dos serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios de água é de 06 (seis) meses, cada caixa de água/reservatório/cisterna da Unidade deverá passar por 02 (duas) limpezas no decorrer do contrato.

2.5. A presente contratação é extremamente necessário para a limpeza e higienização dos reservatórios de água lotados nas Unidades e Dispositivos que compõem a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A empresa deverá fornecer mão de obra especializada para a execução do serviço, bem como deverá se responsabilizar por todo o material a ser utilizado na limpeza e higienização dos reservatórios.

3.3. A empresa deverá ser responsável por qualquer dano causado aos reservatórios tais como: caixas d'água ou suas tampas, cisternas ou suas tampas, bombas de recalque, telhas das coberturas ou qualquer outro dano ao imóvel durante a execução dos serviços.

3.4. A empresa vencedora ao término do serviço deverá apresentar laudo de análise bacteriológica e registro do laboratório junto ao INEA, que deverão ser afixados nos quadros de avisos nas portarias dos prédios das unidades.

3.5. Durante a execução dos serviços, a empresa deverá ser responsável pelo abastecimento de água nos imóveis, ou seja, nenhum imóvel deverá sofrer interrupção no abastecimento de água durante a limpeza dos reservatórios.

3.6. Para a prestação dos serviços deverão ser utilizados produtos que tenham registro no Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária e outros conforme legislação em vigor.

3.7. A CONTRATADA deverá proceder com o início da realização dos serviços no prazo de até 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho referente a Unidade Requisitante.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1.1.1. Nos termos da Lei nº 12.305, de 2010, do Decreto no 10.936, de 2022, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

a) realizar o adequado acondicionamento dos resíduos recicláveis descartados pela Administração.

a.1) os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização ao sistema de coleta seletiva ou logística reversa porventura estabelecido.

b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

b.1) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

b.2) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

b.3) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;

b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;

c) utilizar lavagem com água de reúso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

d) observar a Resolução CONAMA no 20, de 7/12/1994, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.2. A empresa CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA no 20, de 7/12/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.3. Nos casos omissos deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica.

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Poderão participar do processo de contratação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado.

4.6. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.7. Será permitida a participação somente os estabelecimentos de saúde que efetivamente se encontrem em atividade e com capacidade técnica para prestar serviços, segundo definições deste Termo de Referência.

5. VISTORIA TÉCNICA

5.1. Serão facultadas as empresas interessadas em participar do certame licitatório a realização de visita (vistoria) técnica as dependências e instalações das Unidades relacionadas, vistando total ciência das condições das Unidades relacionadas no presente Termo.

5.2. A vistoria poderá ser realizada por um responsável técnico credenciado da Licitante, acompanhado por um profissional designado pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.2.1. A CONTRATANTE deverá agendar uma data específica para este fim.

5.2.2. A data da visita técnica constará no instrumento editalício.

5.3. Ao término da vistoria será emitido, em 2(duas) vias, o Termo de Vistoria conforme modelo constante deste Termo de Referência.

5.4. Considera-se de grande relevância a realização da vistoria visto que propicia ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir, sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto.

5.5. A empresa que NÃO vistoriar os locais assumirá todos os riscos e ônus referentes ao não conhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir desta visita, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer desconhecimento posterior para a realização efetiva do serviço.

5.6. A licitante que optar pela não realização da Vistoria Técnica deverá entregar junto a documentação da habilitação técnica Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme modelo constante deste Termo de Referência.

6. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

6.1. A CONTRATADA deverá proceder com o início de cada lavagem no prazo de até 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho referente a Unidade Requisitante.

6.2. Os serviços serão prestados pelo período de 1 (um) ano, e executados em 02 (duas) parcelas no decorrer do contrato, a cada 6 (seis) meses, atendendo ao quantitativo definido conforme o item 1 deste Termo de Referência, podendo o contrato ser prorrogado por igual período até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme dispõe o art. 107 da lei nº 14133/21, considerando se tratar de serviço contínuo e essencial.

6.3. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

HOSPITAL MUNICIPAL RAUL SERTÃ E ANEXOS: CENTRAL DE AMBULÂNCIA E HEMOCENTRO – Rua General Osório, 324 – Centro – Nova Friburgo/RJ

HOSPITAL MATERNIDADE DR. MARIO DUTRA DE CASTRO – Trav. Antônio Fernandes Moreira, 12 – Centro – Nova Friburgo/RJ

Posto de Saúde Toney Kassuga - Rua Vicente Sobrinho, s/nº - Olaria Nova Friburgo/RJ

Policlinica Centro - Dr. Sylvio Henrique Braune: Rua Plínio Casado, s/nº - Centro Nova Friburgo/RJ

Policlinica Norte - Dr. Waldir Costa - Rua José Ernesto Knust , 184 - Cons.Paulino Nova Friburgo/RJ

UBS Cordoeira - Dr. Ariosto B. de Mello - Rua Darcilia dos Santos, s/nº - Cordoeira - Nova Friburgo/RJ

UBS São Geraldo- José Copertino Nogueira - Rua Antonio Augusto dos Reis Júnior - São Geraldo - Nova Friburgo/RJ (02 caixas de 1.000l/01 cisterna de 10.000)

ESF DE AMPARO - R. Rival Gripp, nº 75 – Amparo- Nova Friburgo/RJ

ESF DE BOA ESPERANÇA - Boa Esperança- 5º Distrito- Nova Friburgo/RJ

ESF - CAMPO DO COELHO – Rua Jones Muniz- Campo do Coelho- 3º Distrito

ESF DE CENTENÁRIO – Rua João Cabral Sobrinho, S/N- Conquista – Nova Friburgo/RJ

ESF DE LUMIAR - R. Guilherme Eugênio Spitz –S/N- Lumiar- 5º Distrito- Nova Friburgo/RJ

ESF DE MURY – AV. Hamburgo- S/N- Mury- Nova Friburgo/RJ

ESF DE NOVA SUIÇA - R. Moises Moraes Filho-S/N- Nova Suíça- Nova Friburgo/RJ

ESF DE OLARIA I - R. Xingú, nº 02 – Alto de Olaria- Nova Friburgo/RJ

ESF DE OLARIA II - R. Espírito Santo, nº 9 – Alto de Olaria- Nova Friburgo/RJ

ESF - OLARIA III - (Amarelinho) - R. Augusto N. Rodrigues, nº 59 – Alto de Olaria- Nova Friburgo/RJ

ESF DE RIO BONITO - Rio Bonito de Lumiar- 5º Distrito- Nova Friburgo/RJ

ESF DE RIOGRANDINA - Pça Nossa Senhora do Rosário, s/nº – Riograndina- 2º Distrito- Nova Friburgo /RJ

ESF DE SÃO LOURENÇO - Est. São Lourenço, 5º Distrito – NF/RJ

ESF DE SÃO PEDRO DA SERRA - R. Rodrigues Alves, nº 75 - S. P. da Serra – 7º Distrito- N. Friburgo/RJ

ESF DE STUCKY – Rua Acedimiro Bussinger, s/nº- Vale do Stucky- Nova Friburgo/RJ

ESF DE VARGEM ALTA - Est. João Heringer, s/nº - Vargem Alta – Nova Friburgo/RJ

ESF DE VARGINHA - R. Francisco Lopes, s/nº - Varginha- Nova Friburgo /RJ

ESF DE TERRA NOVA- Rua Eugênia de Almeida Maia, nº 110- Conselheiro Paulino- Nova Friburgo- RJ

ESF DE CONQUISTA- Estrada Albino de Sá Martins- Conquista - Nova Friburgo-RJ

ESF DE CORDOEIRA- Rua Manoel Cristiano Bussinger, nº 29- Cordoeira- Nova Friburgo- RJ

CAPSI AD – Avenida Comte Bittencourt, nº 142, Centro, Nova Friburgo/RJ

CAPS III – Rua Padre Roberto Saboia de Medeiros, 24 B – Centro – Nova Friburgo/RJ

CAPS i – Avenida Júlio Antônio Thurler, 431 – Olaria – Nova Friburgo/RJ

SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - Rua Augusto Cardoso, 62 – Centro – Nova Friburgo/RJ

GERÊNCIA DE SAÚDE MENTAL – RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA I – Rua São Roque, nº 240 - Bela Vista – Nova Friburgo/RJ

6.4. A execução dos serviços deverá ocorrer em horário comercial, qual seja, de segunda a sexta-feira, de 9 horas às 16 horas.

6.5. Os equipamentos, materiais e serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas editadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade – ABNT, INMETRO, dentre outros, conforme artigo 39, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90.

6.6. A prestação de serviços será realizada por profissionais devidamente habilitados, que deverão se apresentar nos locais de trabalho uniformizados, portando crachás de identificação, asseados, devendo atender com educação e presteza às solicitações da fiscalização e dos servidores lotados nos locais de execução do serviço, desde que compatíveis com o objeto da licitação.

6.7. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas e códigos aplicáveis ao serviço.

6.8. As especificações da ABNT serão consideradas como elemento base para a análise dos serviços, bem como dos materiais e equipamentos envolvidos.

6.9. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, junto as Notas Fiscais, relatórios mensais de avaliação da qualidade da água dos reservatórios que foram higienizados.

6.10. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, junto as Notas Fiscais, cronograma físico de realização das atividades, para melhor acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços por parte da CONTRATANTE.

6.11. Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados, devidamente equipados com os EPI's adequados para o serviço.

6.12. O cronograma dos serviços, bem como suas localidades prioritárias deverão ser identificados pela CONTRATADA, visto ser a parte que detém da expertise necessária para tanto, respeitando, sempre, a solicitação das Unidades Requisitantes e os prazos para a execução dos serviços.

6.13. A empresa CONTRATADA deverá usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

6.14. A empresa CONTRATADA deverá adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

6.15. A CONTRATADA executará os serviços com estrita observância da metodologia, organização, tecnologia e recursos materiais por ela propostos;

6.16. A aceitação provisória ou definitiva dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as

especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7. DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.3.1 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

7.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

7.12. O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.13. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

7.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

7.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

7.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

7.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

7.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

7.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.17.1. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de

acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. As notas fiscais de serviço deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde – CNPJ 11.399.442/0001-79, endereço: Avenida Alberto Braune, 224, 2º andar/sala 221 – Centro/NF-CEP 28613-000.

8.2. Da liquidação da despesa:

8.2.1 . A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmmf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

8.3. Do pagamento da despesa:

8.3.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas;
Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
FGTS;
PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
Estadual CND – referente ao ICMS.

8.3.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

8.3.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8.3.5. Os pagamentos serão realizados em 2 (duas) etapas, conforme execução de cada lavagem na respectiva Unidade Requisitante.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, por Pregão Eletrônico, previsto na Lei nº Lei 14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, com tratamento diferenciado à ME, EPP e Equiparadas, nos termos da Lei 14.133/2021 c/c LC 123/2006.

9.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.12.1. Habilitação Jurídica:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k). Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.2.3- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.12.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

9.12.2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

9.12.2.5 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de de-

claração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.12.2.6 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12.2.7 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

9.12.2.8 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.12.2.9 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

9.12.2.9.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.12.2.9.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.12.2.9.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

9.13 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.13.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede

do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.13.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.13.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

9.13.3.1 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

9.13.4 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

9.13.5 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

9.13.6 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

9.14 Qualificação Técnica.

9.12.3.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.12.3.2- Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a

contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.12.3.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

9.12.3.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.12.4 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.12.5 - A empresa deverá apresentar credenciamento junto ao INEA.

9.12.6 - Apresentar Certificado de Registro de Higienização (CRH) com validade mínima de 5 (cinco) anos.

9.12.7 - Apresentar Certificado de Registro de Higienização (CRH) com validade mínima de 5 (cinco) anos.

9.12.8 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

9.12.9 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.12.10 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

10.1. Da Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

10.1.7. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

10.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. Da Contratada

10.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

b) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

c)manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

d) estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

e)responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do contrato;

f)responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

g)manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

10.2.2. Os equipamentos, materiais e serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas editadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade – ABNT, INMETRO, dentre outros, conforme artigo 39, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90.

10.2.3. A prestação de serviços será realizada por profissionais devidamente habilitados, que deverão se apresentar nos locais de trabalho uniformizados, portando crachás de identificação, aseados, devendo atender com educação e presteza às solicitações da fiscalização e dos servidores lotados nos locais de execução do serviço, desde que compatíveis com o objeto da licitação.

10.2.4. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas e códigos aplicáveis ao serviço.

10.2.5. As especificações da ABNT serão consideradas como elemento base para a análise dos serviços, bem como dos materiais e equipamentos envolvidos.

10.2.6. Nos casos omissos deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica.

10.2.7. Fornecer toda mão de obra, materiais, transportes, ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços em quantidade, qualidade e tecnologia compatíveis com as necessidades dos serviços.

10.2.8. Apresentar seus empregados com pontualidade, de acordo com as datas e horários previamente agendados pelo CONTRATANTE, para fins de execução dos serviços contratados.

10.2.9. Manter os empregados, quando da execução dos serviços, ou ainda nas dependências das unidades da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente uniformizados e identificados mediante uso permanente de crachá.

10.2.10. Substituir, imediatamente, qualquer empregado cujo desempenho e conduta sejam considerados, pelo CONTRATANTE, inconvenientes para o desempenho das atividades.

10.2.11. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da CONTRATANTE, ou de terceiros, advindos de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as providências determinadas pela CONTRATANTE, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções.

10.2.12. Não cabe a CONTRATANTE qualquer responsabilidade por atos de negligência do pessoal da CONTRATADA durante o horário de trabalho.

10.2.13. Substituir os materiais e equipamentos considerados inadequados.

10.2.14. Registrar a entrada e identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CONTRATANTE;

10.2.15. Responsabilizar-se pelo treinamento e formação dos funcionários, necessários à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

10.2.16. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

10.2.17. Proceder à supervisão das atividades de gerenciamento, orientação, controle acompanhamento dos serviços, designando para tanto um preposto, o qual deverá tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos e responder junto à fiscalização.

10.2.18.. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

10.2.19. Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de segurança e/ou proteção individual, inclusive aqueles utilizados sob condição rotineira;

10.2.20. Implantar adequadamente o planejamento, a execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências da CONTRATANTE;

10.2.21. Todo o material, ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados na execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA durante toda a vigência do contrato;

10.2.22. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede ao serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.23. Comunicar a contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.2.24. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.26. Guardar sigilo absoluto durante a execução do serviço, não divulgando cadastros e arquivos dos quais tiverem acesso, referente às Unidades de Saúde, os profissionais que a integram, bem como os usuários do SUS.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

11.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

11.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

11.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

11.3.1 advertência;

11.3.2 multa;

11.3.2.1. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

11.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

11.3.2.3. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

11.3.2.4. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

11.3.3 impedimento de licitar e contratar;

11.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Impedimento de contratar ou licitar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

11.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

11.6. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

11.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa;

11.8. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023. https://pmmf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

13.1.2. Elemento de despesa: 33.90.39-42;

13.1.3. Fonte de recurso: 1600 – SUS;

13.1.4. Programas de Trabalho:

- Hospital Municipal Raul Sertã: 30001.10.302.0085.2.202;

- Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro: 30001.10.302.0085.2.203;

- Subsecretaria de Atenção Básica: 30001.10.301.0083.2.193;
- Estratégia de Saúde da Família: 30001.10.301.0083.2.194;
- Gerência de Saúde Mental: 30001.10.302.0083.2.198;
- Subsecretaria de Vigilância em Saúde: 30001.10.305.0086.2.208;
- Hemocentro Regional de Nova Friburgo: 3001.10.302.0085.2.207.

13.2. As notas fiscais de serviço deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde – CNPJ 11.399.442/0001-79, endereço: Avenida Alberto Braune, 224, 2º andar/sala 221 – Centro/NF-CEP 28613-000.

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

14.2. Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Saúde.

Nova Friburgo-RJ, 10 de abril de 2024.

APOIO TÉCNICO:

Leslie da C. Moura

Subs. de Atenção

Hospitalar

Mat.: 207.520

Alexandra R. Barbosa

Subs. de Atenção Básica

Mat.: 299.038

Sândia M. Tozato

Subs. Gerência Mental

Mat.299.441

Alicia S. Emerich

Subs. de Vig. em Saúde

Mat.: 063.219

Elaborado por:

Diana Roque Ecard

Gestão de Processos, Contratos e Convênios

Mat. 063.230



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 9.050/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Gabriel Costa Wenderroschy

Secretário Municipal de Saúde

Matrícula 063.454

TERMO DE VISTORIA – do Termo de Referência
(MODELO)

Declaramos que a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, CPF/MF sob o nº _____ visitou as dependências da(s) unidade(s) da Secretaria Municipal de Saúde, tomando conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços, objeto do presente, processo nº _____, Pregão Eletrônico nº _____ estando plenamente consciente da infraestrutura e das condições para a prestação dos serviços.

Nova Friburgo/RJ, ____ de _____ de 2023.

Representante da empresa

Representante da Secretaria Municipal de Saúde



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCESSO Nº: 9.050/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA – do Termo de Referência
(Modelo)

A empresa _____, CNPJ _____, por intermédio do(a) Senhor(a) _____, indicado expressamente como seu representante, declara ter conhecimento do serviço a ser prestado por meio do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria "in loco" prevista no Edital, assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por esta dispensa.

Nova Friburgo/RJ, _____ de _____ de 2023.

Representante da Empresa